



## ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Área do conhecimento: HISTÓRIA - Turma: 8º ano

Professor: Manoel Messias Oliveira dos Santos

Datas das atividades: de 09 a 20 de agosto de 2021.

Obs.: Explicações, orientações e esclarecimentos de dúvidas estão ocorrendo via Google Meet e WhatsApp.

### Texto: O governo joanino no Brasil.

O governo do Rio de Janeiro deu continuidade à política centralizadora da metrópole. Todas as regiões da colônia, antes governadas por Lisboa, passaram a ser dirigidas a partir do Rio de Janeiro. Somava-se à antiga carga de tributos outros novos, criados após 1808, como por exemplo o dízimo do algodão e a cobrança sobre a destilação da aguardente. Os pernambucanos ressentiam-se por pagarem impostos que eram utilizados para realizar benfeitorias na nova capital do império. Além dos tributos, o recrutamento militar recaía sobre a população pobre. O acesso aos cargos públicos também permanecia controlado pela burocracia sediada no Rio de Janeiro, que facilitava seu acesso às elites do Centro-Sul. Por essas razões, eclodiu em Pernambuco um movimento de independência em 1817. Inspirados pela experiência dos EUA, seus líderes tinham como projeto a fundação de uma república independente do Império Português. Dividida por divergências entre os seus dirigentes, a revolta foi sufocada pela ação de tropas leais ao governo do Rio de Janeiro.

A insatisfação avançava em Portugal. Após a expulsão das tropas francesas em 1810, o país encontrava-se arrasado pela guerra. Lisboa não era mais capital do Império. Não havia mais privilégios de exploração colonial e os comerciantes ainda sediados em Lisboa enfrentavam a concorrência dos ingleses. Setores da sociedade portuguesa reclamavam que haviam se tornado colônia de sua própria colônia e por isso desejavam que a corte voltasse a Lisboa. Além disso, começava a tomar corpo o projeto de instauração de uma monarquia constitucional, em que o rei estivesse submetido ao Parlamento. Foi com esse objetivo que eclodiu a Revolução na cidade do Porto, em 1820, liderada por comerciantes portugueses. Os rebeldes vitoriosos exigiram e obtiveram o retorno de Dom João VI a Portugal, o que ocorreu em 1821. Dom João deixava no Brasil seu filho e herdeiro, Dom Pedro, como príncipe-regente.

A elite brasileira recebeu com entusiasmo a notícia da Revolução do Porto. A maioria acreditava que a monarquia constitucional permitiria maior participação aos brasileiros no governo. A elite brasileira aceitava o retorno da sede da monarquia a Lisboa, desde que houvesse um governo com autonomia na América. Sob a direção de Dom Pedro, esse governo deveria ter condições de decidir sobre os problemas específicos da América. Os deputados portugueses, contudo, pretendiam organizar uma monarquia na qual as decisões estivessem centralizadas em Lisboa. Por isso ordenaram que Dom Pedro retornasse a Portugal. Os deputados brasileiros recusaram-se a aceitar o que propunham os portugueses, mas, em minoria nas Cortes, nada podiam fazer. A ideia de separar-se de Portugal tornou-se cada vez mais forte. A iniciativa partiu dos setores cujos interesses estavam entrelaçados ao governo do Rio de Janeiro. Os membros das elites de São Paulo, Minas e Rio articularam-se para impedir o retorno de Dom Pedro a Lisboa, selando assim a aliança que conduziria à Independência.

CAMPOS, Flávio de. *História – escola e democracia*. 8º ano. São Paulo: Moderna, 2018, p. 139-141. Adaptado

### Atividade 1 (dias 23 a 27 de agosto de 2021):

- 1) Por quais motivos houve a Revolução Pernambucana de 1817?
- 2) Por que a população portuguesa de Lisboa estava insatisfeita com a política de Dom João VI?
- 3) Como a elite brasileira recebeu a ideia de retorno de Dom João VI a Portugal? Por que?

**Atividade 2** (dias 30 de agosto a 03 de setembro de 2021):

- 1) Quais eram as divergências entre políticos brasileiros e políticos portugueses em relação ao retorno de Dom João VI a Portugal e sua gestão?
- 2) Por que o interesse dos brasileiros na permanência de Dom Pedro no Brasil?
- 3) Por que Dom João VI deixa o Brasil e retorna para Portugal?

---

**BIBLIOGRAFIA:**

CAMPOS, Flávio de. *História – escola e democracia*. 8º ano. São Paulo: Moderna, 2018.